COORDENAÇÃO:

FORMAD – FÓRUM MATO-GROSSENSE DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

UNEMAT – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROJETO MATO GROSSO SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO.

RESUMO.

O presente projeto é uma articulação inter-institucional que visa fazer a leitura crítica da realidade sócio-econômica, ambiental, cultural e política do modelo de desenvolvimento hegemônico no Estado de Mato Grosso. Por outro, visa evidenciar processos sociais que sejam democráticos, além de ações que elucidam modelos de sustentabilidade ecológica e sócio-cultural para a sociedade mato-grossense.

PALAVRAS-CHAVES.

Sustentabilidade, Democracia, Inter-institucional, Justiça Ambiental, Qualidade de Vida, Sócio-Biodiversidade, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO.

O Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático – MTSD é uma iniciativa do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD[1]. Trata-se da concretização objetiva das discussões realizadas por diversas organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior em torno do Seminário "Brasil e Mato Grosso Sustentáveis e Democráticos", realizado em setembro de 2002 em parceria com o Projeto Brasil Sustentável e Democrático, ABONG-CO[2], GERA/UFMT[3], Mestrado em Agricultura Tropical/UFMT, UNEMAT[4] e UNIVAG[5]. A partir de então, deu-se início ao processo de articulação com outras instituições sócio-ambientais do Estado.

Preocupadas com o processo e com o modelo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (pautado no agronegócio, com intensa utilização de recursos naturais e insumos externos e baixo emprego de mão-de-obra, causando devastação ambiental e impactos sociais), essas diversas instituições propuseram a criação do Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático, que possui como pressuposto praticar ações de protagonismo na construção de conhecimentos e no estabelecimento de políticas para a afirmação de um projeto epistemológico e social que se centra na sustentabilidade e na democracia.

Este projeto faz parte da estratégia de regionalização do Projeto Brasil Sustentável e Democrático e busca estimular experiências e propostas dos movimentos sociais, organizações

[1] O Fórum tem 38 entidades sócio-ambientais filiadas no Estado de Mato Grosso (ver lista de filiadas em anexo)
[2] Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Regional Centro Oeste.
[3] Grupo de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado – Universidade Federal de Mato Grosso.
[4] Universidade do Estado de Mato Grosso.
[5] Universidade de Várzea Grande

populares, organizações não-governamentais e universidades, por um modelo de desenvolvimento alternativo em Mato Grosso. Na busca desse novo modelo, o projeto pretende produzir novos enfoques analíticos, novos indicadores e novas idéias para a mudança social; que considere, além da questão econômica, os aspectos humanos, sociais, culturais e ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento vigente.

Atualmente, o Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático conta com a participação de 21 entidades, reunidas em 10 grupos temáticos, que debatem sobre o modelo de desenvolvimento do Estado. A coordenação do Projeto esta firmada entre o FORMAD – Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento e a UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso; e conta com a consultoria dos pesquisadores e coordenadores do Projeto Brasil Sustentável e Democrático.

JUSTIFICATIVA.

O MTSD se pauta em algumas perspectivas como: a) a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento mato-grossense, baseado no modelo norte-americano, que não tem sido capaz de combater a enorme concentração de renda e riqueza existente, gerando impactos ambientais extremamente negativos; b) a impossibilidade de isolar as questões ambientais como se fossem problemas em si mesmas, desconectadas das questões econômicas, sociais e culturais. O enfrentamento das questões ambientais passa pela mudança do modelo de desenvolvimento e dos padrões de produção e consumo. A sustentabilidade ecológica deve ser vista como uma das questões centrais de um projeto alternativo de desenvolvimento; c) oposição ao critério de desenvolvimento dominante em escala mundial, mas hoje sob intenso questionamento, que defende o aumento quantitativo do consumo como medidor do avanço social, sem considerar a qualidade socioambiental da produção, a distribuição de renda e as características locais e regionais, inclusive no plano cultural; d) o desenvolvimento alternativo pretendido passa pela defesa da justiça ambiental e social como premissa para se chegar a sustentabilidade ecológica.

É importante evidenciar que o MTSD possui como princípio orientador a construção de uma agenda proativa em relação ao modelo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que permita às entidades sócio-ambientais do Estado deixarem de agir exclusivamente de forma reativa, em resposta às demandas surgidas em função da insustentabilidade do modelo atual.

A construção de um programa que faça o encontro e a interação entre a universidade, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais é o desafio e a engenharia institucional que ora nos propomos construir.

Enquanto referencial conceitual, o MTSD fundamenta-se em duas categorias principais: a sustentabilidade e a democracia. Destes derivam outras, que são complementares no sentido do conhecimento e na perspectiva da política. Conceitos como cooperação, solidariedade, inclusão social, diversidade, justiça ambiental e social, prudência ecológica, comércio justo, autogestão, são referenciais que constituem bases conceituais para a expressão e para prática proposta pelo MTSD. São, portanto, direcionamentos para os agentes sociais que se empenham nesta empreitada inter-institucional e inter-disciplinar.

Centramos nos dois conceitos principais: sustentabilidade e democracia. Para isso é necessário compreender a evolução histórica de nossa sociedade. Na configuração brasileira, no geral, e na matogrossense em particular, possuímos significantes sócio-culturais que fazem construir contextos econômicos, ecológicos, políticos, educacionais, sociais que são anti-sustentáveis e não democráticos. Podemos então afirmar, a história nos desafia a desenharmos sistemas que nos permitem superar a anti-cultura herdada pela história brasileira, encontrando nela mesma as contradições, elevando os sinais e as práticas que possibilitam vislumbrar relações ambientais e societais diferenciadas.

Avaliamos que alguns sinais devem ser evidenciados para demonstrar aquilo que nos foi legado pelo modelo econômico-político dominante. Somos, enquanto coletivo social e político, fazedores de práticas e concepções que são socialmente excludentes; daí resulta os índices de pobreza, da violência, do medo, do desemprego. Nossa economia é concentradora, então temos algumas dezenas de pessoas que detém a maior parte da riqueza enquanto milhões vivem na pobreza ou na miséria, temos os latifundiários mas também os sem-terra, temos os condomínios de luxo e fechados, mas também os sem-teto, temos os trabalhadores multi-funcionais, mas também os sem qualificação e ocupação. Nossa economia configura-se pela monopolização das terras, das indústrias, do crédito financeiro, do comércio, da mídia, da informação.

Não é diferente a política. Somos e estamos fortemente marcados pelo clientelismo, paternalismo e patrimonialismo. Estas características incentivam a passividade, a espera, o silenciamento, a desconfiança em si. Não representam a cidadania, a participação, a atividade, a fala, a proposição, a inserção, a presença. O *modus operandi* histórico da política brasileira possui

como configuração hegemônica as relações autoritárias de dominação, de controle do pensar e do agir das pessoas. No campo ambiental-ecológico verificamos práticas predatórias, destruidoras da biodiversidade, que considera os recursos naturais apenas na condição de insumos para a produção de mercadorias destinadas ao consumo das elites, especialmente no plano internacional. É determinante neste sentido as leis mercadológicas para a obtenção e concentração de capitais.

As práticas educacionais não diferem destas condutas. O analfabetismo, as desistências, as reprovações, o baixo índice de vagas nas universidades públicas, a formação elitizante, o desprezo aos saberes populares e, por conseguinte, o predomínio do cientificismo são alguns marcos que identificam nosso sistema educacional. Não educamos para o coletivo, para o público, para a cooperação e para a solidariedade. O ensino é centrado na competição, na concorrência, nos valores do individualismo e do privado. Cria-se e desenvolve-se uma subjetividade que se recolhe para um íntimo amedrontado, sem fortaleza pessoal e inter-subjetiva para a constituição de espaços sociais e tempos políticos afirmativos de ações comunicativas.

Este cenário, ligeiramente descrito, não constitui fenômeno social único, apesar de ser dominante. Inúmeras iniciativas, de universidades, de movimentos sociais, de organizações não-governamentais, de organismos governamentais, estão sendo engendradas para a formação de concepções e práticas sociais que apontam alternativas em relação ao modelo dominante. É em relação a esta cultura emergente que se centra a nossa atenção para a configuração de políticas que se caracterizam pela sustentabilidade e pela democracia.

A sustentabilidade é, sob este olhar, uma perspectiva que afirma conceitos e práticas que visam desconstruir os valores que simbolizam o economicismo. Desta forma, variáveis antes desconsideradas, fazem agora parte do referencial. A natureza é visualizada como ente vivo que possui dimensões finitas. Os rios, a flora, a fauna, os solos, a atmosfera, são aspectos que estão todos interligados, constituindo um sistema complexo e interdependente. A biodiversidade tem valor, independente do seu potencial econômico. A diversidade cultural, linguística, religiosa, culinária, constituem-se em partes integrantes de uma totalidade que exige, sob a perspectiva da sustentabilidade, a conservação e respeito aos diferentes valores, crenças, costumes dos diversos grupos sociais .

A sustentabilidade é, neste sentido, o reconhecimento da alteridade, da valoração das práticas distintas, desde que voltadas para a qualidade de vida no presente e no futuro. Este cenário representa a competência epistemológica de aprendizagem, de experiências diversas, de valores outros. Colocam-se em comunhão e complementação diferentes posturas, diferentes olhares.

Não será possível a construção de uma sociedade sustentável sem democracia. A democracia compreendida como exercício de poder que vai além da política, que atinge o econômico, o social, o ecológico, o cultural. A democracia constitui-se, desta forma, no alicerce para a configuração de uma sociedade que seja compreendida nas múltiplas dimensões que a constituem. Ela é, portanto, exigente. Requer a participação ativa e prospectiva; a distribuição equitativa dos bens materiais e imateriais; a conservação das riquezas naturais estabelecendo parâmetros solidários, tanto para as gerações presentes quanto vindouras; a valoração das diversas culturas, a justiça social e ambiental.

A democracia é a capacidade de estabelecermos relações e espaços sociais que promovam a valorização e participação de homens e mulheres em um exercício contínuo de cidadania, com seus direitos e de deveres. A cidadania reclama a universalidade do acesso e permanências nos diferentes espaços de representação política na sociedade. A democracia é o exercício e a efetividade da inclusão social.

Destacamos, neste sentido, a relevância social e política do MTSD. É a capacidade de formalizar uma rede que tem como objetivo a construção coletiva de conhecimentos e políticas. É a afirmação do caminho inter-institucional para ações que demonstrem e constituam cenários de inclusão social e de prudência ecológica, de participação política, de difusão de conhecimentos, de aprendizagem do saber-fazer para a geração de alternativas solidárias, cooperativas e sustentáveis.

Destaca-se, assim, a relevância científica do projeto. Propõe-se a pesquisa e a aplicação de conhecimentos para a resolução de problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais. É fundamental a compreensão de rede que visa a interlocação entre movimentos sociais, universidade e organizações não-governamentais. Relevamos ainda a apresentação da matriz analítica do projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático que tem como preocupação abranger diversas dimensões de estudo e de ação. Pela sua amplitude, não podemos pensar que um projeto de tal natureza possa ser objeto de um grupo ou de uma entidade/instituição só.

O conhecimento a ser produzido e sistematizado pelo Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático é comprometido com uma sociedade democrática e sustentável. As ciências e práticas a serem envolvidas são direcionadas, principalmente, para compromissos cheios de ética com o bem estar com as populações historicamente marginalizadas pela sociedade, como agricultores familiares, ribeirinhos, seringueiros, remanescentes de quilombos, povos indígenas, moradores de periferia das cidades, populações atingidas por barragens, entre outros.

Estes conceitos são encontrados e bem definidos na matriz analítica do Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático. Primeiro, ela não se define como estática que se acaba em si e em pouco tempo. O desenho da matriz analítica se propõe em forma de movimento, de ultrapassagem. O caminhar passa do diagnóstico das situações encontradas nas diferentes dimensões do modelo de desenvolvimento social, político, econômico, ambiental e cultural matogrossense para a reflexão e ação orquestrada, rumo à sustentabilidade e democracia.

A matriz analítica do projeto é definida por eixos setoriais e temáticos (em anexo). Na perspectiva horizontal estão definidos os dez eixos setoriais, que julgamos fundamentais para tratarmos neste projeto; a *mineração*, a *indústria*, a *infra-estrutura* (energia, estradas, comunicação), a *agricultura*, as *cidades*, o *extrativismo vegetal e a animal*, os *recursos hídricos*, as *unidades de conservação e as áreas indígenas*, e *educação*. Estes setores deverão ser investigados, analisados e contemplados com propostas de reforma social a partir dos seguintes eixos temáticos verticais: 1) apropriação do espaço sócio-ambiental e seus impactos ? sustentabilidade sócio-ambiental. 2) políticas públicas ? democracia participativa. 3) organizações sociais (participação/gênero) ? competência organizativa. 4) trabalho e renda (dimensão distributiva) ? justiça social. 5) serviços básicos (segurança, saúde, alimentação, educação) ? condições dignas de vida. 6) comércio internacional e finanças ? eqüidade internacional.

Para tratar de cada um dos eixos setoriais definidos na matriz analítica, foram formados grupos de trabalho (GTs), envolvendo as diferentes instituições que participam do projeto, segundo seus interesses, práticas e experiências. Ao todo são vinte e uma instituições envolvidas nesta primeira etapa de formulação e estruturação do Projeto.

O projeto propõe que cada grupo de trabalho faça a análise das condições do seu setor, em primeiro lugar em termos gerais, isto é, como se apresenta a realidade em termos macro (econômicos, espaciais, sociais, educacionais, ambientais, políticos) no Estado de Mato Grosso e, em segundo, na forma de estudo de caso. Neste momento centra-se num caso em particular

aprofundando a temática. Constrói-se, outra vez, a relação com o todo, visualizando a definição das metas, que são prospecções, isto é, cenários futuros que devem ser atingidos. É, neste sentido e nesta direção, que devem surgir os indicadores para a construção das propostas de políticas públicas para a concretização de ações que se configuram como sustentáveis e democráticas.

Este desenho metodológico e inter-institucional nos demonstra um processo inter-relacional. Acreditamos que enquanto projeto há a necessidade de estabelecer limites espaciais e temporais, no entanto, enquanto ação política seus desdobramentos provalvelmente irão além do previsto e previsível, porque envolve e toca em diferentes interesses dos diversos agentes sociais, que nem sempre serão alcançáveis pelo projeto no curto e médio prazo.

Por tudo isso, o Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático já nasce com um forte processo participativo e de interação entre os diversos agentes sociais envolvidos, na medida em que se propõe delinear e integrar um cenário de inter-relacionalidade de instituições públicas e entidades da sociedade civil, incluindo universidades, ONGs e movimentos sociais.

QUESTÕES PROBLEMAS

Qual o grau de impacto ecológico e social do modelo econômico hegemônico no Mato Grosso, que tem o agronegócio como principal alicerce de atividades? A sociedade mato-grossense possui conciência sobre os processos predatórios causados pela expansão extensiva das fronteiras agrícolas e do avanço das monoculturas e da mecanização e quimificação das lavouras? Qual a relação entre altos índices de de PIB em regiões consideradas desenvolvidas e o índice de inclusão/exclusão social? Um modelo de desenvolvimento social, embasado na democracia participativa representa um processo que possibilita gerar alternativas ao modelo dominante? O desenho inter-institucional, que envolva universidades e organizações não governamentais, simboliza capacidade de promoção e realização de maior eficiência das pesquisas, da difusão dos conhecimentos e da geração de políticas públicas? A implantação de cenários ilustrativos do paradigma epistemológico e societal sustentável e democrático possuem maior poder educacional para a politização de agentes sociais para a compreensão das dinâmicas sociais e das concepções próprias do modelo alternativo proposto? A difusão de conhecimentos próprios do paradigma sustentável e democrático, influi na proposição e implantação de políticas públicas, ampliando as capacidade s institucionais de promover a inclusão social, a participação, a justiça ambiental?

OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

1 – Promover o debate participativo sobre o modelo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso com ênfase nos aspectos social, econômico e ambiental;

2 – Revisar os estudos e diagnósticos já existentes sobre a realidade sócio-econômica, política e ambiental dominante no Estado de Mato Grosso, realizando novas análises do espaço sócio-ambiental, das políticas públicas, das organizações sociais, do trabalho e renda, dos serviços básicos e do comércio internacional e finanças;

3 - Promover a construção de um modelo alternativo pautado na sustentabilidade sócio-ambiental, nos princípios democráticos, na competência organizativa, na justiça social e ambiental e em condições dignas de vida para toda a população, com ênfase naquela parcela tradicionalmente excluída do processo de desenvolvimento no Estado.

4 - Estimular o surgimento de iniciativas, articulações e redes políticas que possam promover a transição gradual para este modelo alternativo.

Objetivos Específicos:

1 – Construir e disponibilizar um banco de dados de livre consulta reunindo informações sobre a realidade sócio-econômica e ambiental do estado de Mato Grosso, com base em diagnóstico prévio de dados secundários;

2 - Promover debates, oficinas e seminários com a comunidade mato-grossense nos níveis regionais e estadual sobre o modelo de desenvolvimento do estado de Mato Grosso, com base em informações levantadas pelos estudos, diagnósticos e análises;

3 – Levantar alternativas para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e construir propostas de políticas públicas com a sociedade, em debates públicos;

4 - Difundir através de livros, cartilhas e outros meios de comunicação o resultado final dos estudos e discussões promovidos ao longo do processo de desenvolvimento do projeto.

Objetivos Específicos dos Grupos de Trabalho Setoriais:

1 - Levantar a realidade da situação atual da mineração no Estado de Mato Grosso, formando um banco de dados para instrumentalizar os atores sociais para formular propostas, monitorar e intervir nas políticas públicas.

2 - Diagnosticar o grau de desenvolvimento, a distribuição espacial, a empregabilidade, o modelo de gestão, as cadeias produtivas e o impacto ambiental que caracterizam a agroindústria no Estado de MT, propondo a implantação de modelos autogestionários, familiares e sustentáveis de agro-industrialização.

3 - Estudar o modelo de turismo praticado no Estado de Mato Grosso, a partir dos três grandes ecossistemas: pantanal, cerrado e amazônia, desenhando um quadro da potencialidade turística existente e de propostas para maximizar seus benefícios e reduzir seus possíveis malefícios sócio-ambientais.

4 - Evidenciar o modelo de infra-estrutura nos setores de transporte, energia e comunicação existente no Estado de Mato Grosso, construindo de forma participativa um modelo alternativo, sustentável e democrático para o atendimento das necessidades da população e que reduzam o impacto sobre o meio ambiente.

5 - Estudar os diferentes sistemas agrários e agrícolas existentes no Estado de Mato Grosso, através de levantamento de dados secundários e estudos de caso, para subsidiar, com informações relevantes e atualizadas, debates e ações da sociedade civil voltadas para a construção e fortalecimento de modelos alternativos de agricultura.

6 - Avaliar o processo de urbanização no Estado de Mato Grosso, identificando a legislação específica existente e as políticas públicas para o setor, ampliando o envolvimento e a integração dos movimentos sociais e instituições que pensam a construção de cidades sustentáveis e voltadas para a qualidade de vida.

7 - Demonstrar as diversas formas e estágios de extração dos recursos vegetais e animais utilizados no território de Mato Grosso, sinalizando os impactos ambientais causados pela ação antrópica, como atividades predatórias que causam poluição e desaparecimento das espécimes, e confrontando-as com outras tecnologias eco-regionais sustentáveis e democráticas.

8 - Evidenciar o uso dos recursos hídricos no Estado de Mato Grosso, o estágio de conservação versus a intensidade destrutiva no processo de ocupação econômica e populacional do território mato-grossense, visando a sustentabilidade e a democratização do acesso e uso dos recursos hídricos.

9 - Levantar a realidade da situação atual das Terras Indígenas e Unidades de Conservação e instrumentalizar atores sociais para formular propostas, monitorar e intervir nas políticas públicas.

10 – Promover a criação de uma cultura da sustentabilidade mato-grossense alicerçada sobre processos educativos que contemplem a auto-estima popular, a inclusão social e a proteção ambiental.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento das atividades do projeto, elegeu-se a combinação das metodologias qualitativa e quantitativa, em diferentes etapas do projeto, como se vê a seguir:

I – Concertação inter-institucional: construída no processo da execução do projeto simboliza o diálogo permanente das entidades envolvidas, destacando as responsabilidades dos grupos de pesquisa, da gestão do projeto e dos financiadores para a concretização dos objetivos propostos.

II – Construção dos instrumentos da Pesquisa da interação nas regiões eleitas para a efetivação da investigação.

III – Diagnóstico com base em dados secundários (ex: Anuário Estatístico, Zoneamento Econômico Ecológico, Censos IBGE, etc);

IV – Seminários de debate sobre os resultados do diagnóstico;

V – Realização de estudos de caso para exemplificar situações representativas e/ou diferenciadas;

VI – Eventos de debate com a sociedade para levantamento de propostas alternativas para o desenvolvimento sustentável e democrático do Estado de Mato Grosso;

VII - Publicação dos resultados dos processos de diagnóstico e debate em livros e cartilhas.

Para a consecução dos objetivos do Projeto de Mato Grosso Sustentável e Democrático iremos nos apoiar numa metodologia analítica – sintética que visa a coleta, a sistematização e a interpretação de dados que apontem para a elucidação das múltiplas dimensões que formam a matriz analítica proposta pelo projeto.

As dimensões que compõem a matriz analítica constituem um todo complexo. O aspecto analítico da matriz, neste sentido, é a investigação que cada grupo temático irá realizar do seu campo específico, demonstrando suas particulares, isto tanto em termos estatísticos quanto em relação à leitura das concepções e das práticas dos sujeitos sociais ligados aos campos de investigação propostos (eixos temáticos e setoriais). Vale lembrar que aqui associamos a pesquisa quantitativa e a qualitativa. Tem-se como leitura que a realidade social é formada, ao mesmo tempo, pelas estruturas, pelas relações e pelas ações sociais.

Com esta compreensão podemos, de forma complementar, trabalhar com informações secundárias contidas em relatórios, nos censos, nos anuários, nos balanços, nos arquivos... quanto com as representações, as atitudes, os gestos, as linguagens que fazem parte e constituem os saberes dos grupos sociais envolvidos.

Após a análise dos dados coletados em cada setor e eixo temático, há a necessidade da recomposição, isto é, o desenho do mosaico que abrange e incorpora os diversos dados e

informações num todo. Este procedimento permitirá um olhar holístico sobre a configuração da realidade mato-grossense, tendo em vista, ao mesmo tempo, os cenários de sustentabilidade e de não prudência das dimensões ecológicas, econômicas e sociais formadoras das estruturas, das relações e das ações nos contextos diversos do Estado de Mato Grosso.

Para a consecução destes objetivos, definimos os seguintes passos investigativos:

1 – Definição da abrangência do diagnóstico regionalizado.

Lógica da organização espacial – Regiões Geoeconômicas: Araguaia; Noroeste; Nortão, Sudoeste, Pantanal; Sul, Aglomerado Urbano, Médio Norte.

2 – Coleta e Sistematização de Dados Secundários.

Para realizar esta etapa apontamos as seguintes fontes: relatórios, censos, anuários, balanços, arquivos

3 - Estudo de Caso.

Em conformidade com a escolha significativa realizada pelos grupos temáticos o estudo de Caso representa o aprofundamento em uma determinada região da análise dos contextos formadores para a possibilidade do desenvolvimento sustentável e democrático.

O contexto neste sentido é ao mesmo tempo representativo de duas tipologias:

a) Alternativas de Sustentabilidade.

b) Representação da Insustentabilidade.

4 – Plenárias Regionalizadas.

Para a efetivação de um processo mais amplo consideramos a relevância da realização de debates com a sociedade, escolhendo-se locais estratégicos para a concretização de finalidades como a testagem dos dados através da comunicação com diversos grupos sociais.

5 – Sistematização e Interpretação do Falar.

Constitui-se em momento de compreender as representações que são desenvolvidas pelos sujeitos sociais. Os dados coletados a partir das falas devem ser relacionadas com os dados estatísticos sistematizados no diagnóstico, para verificar a conseqüência ou não entre o quantitativo e o qualitativo.

6 – Análise Final dos dados – relatórios.

Constitui-se na interpretação tanto dos dados estatísticos quanto dos dados qualitativos colhidos a partir de entrevistas, dos debates públicos.

7 – Publicação.

A publicação dar-se-à em forma de livro, material paradidático, banco de dados (on line).

8 – Reescrita do Projeto – ação.

Reescrita do projeto para transformá-lo em ação tendo como finalidade a inserção em determinadas realidades para o desenvolvimento propositivo de cenários sustentáveis e democrátivos .

RESULTADOS ESPERADOS

1) Mineração:

a) Quadro dos atores: instituições, lideranças, técnicos e empreendimentos da mineração no Estado de Mato Grosso.

b) Espaços públicos e coletivos de informações e discussões sistemáticas sobre políticas públicas relacionadas com a mineração.

c) Estratégias de articulação de ações comuns frente a diferentes áreas setoriais do MTSD.

d) Qualificação, fortalecimento e envolvimento da Sociedade Civil para monitorar e intervir nas políticas públicas.

e) Proposta para o desenvolvimento sustentável e democrático das políticas públicas no contexto da mineração.

2) Agroindústria:

a) Quadro do grau de desenvolvimento, da distribuição espacial, da empregabilidade, do modelo de gestão e do impacto ambiental das agroindústrias mato-grossenses.

b) Demonstrativo das cadeias produtivas nas quais se concentram a agroindústria no Estado de Mato Grosso.

c) Produção e distribuição de material paradidático para a promoção da agroindústria numa perspectiva sustentável e solitária.

d) Capacitação de multiplicadores para a formação de agroindústrias autogestionárias, familiares e/ou cooperativas.

e) Propostas para a implantação e monitoramento de agroindústrias familiares em cinco eco-regiões e cinco cadeias produtivas distintas.

3) Turismo:

a) Quadro dos modelos (tipologia) de turismo existentes: - ecológico – místico – negócios - religioso – educacional.

b) Empregabilidade e qualificação na economia e educação do turismo.

c) Diagnóstico do grau de satisfação dos turistas no Estado de Mato Grosso.

d) Referencial do impacto sócio-ambiental provocado pelas atividades turísticas.

e) Capacitação de agentes para a promoção do turismo sustentável e democrático.

f) Formação e monitoramento de empreendimentos turísticos cooperativos.

g)Modelo de autogestão e sustentável para o turismo.

h) Seminários regionalizados.

4) Infra-estrutura (transporte, energia e comunicação):

a) Diagnóstico da infra-estrutura: transporte, energia e comunicação no Estado de Mato Grosso.

b) Espaços de diálogo com a sociedade sobre o modelo de infra-estrutura existente no Estado de Mato Grosso.

c) Averiguar quais agentes econômicos controlam os sistemas de transporte, energia e comunicação.

d) Identificação da empregabilidade e do nível de capacitação e qualificação dos agentes funcionais nestes setores.

e) Propostas construídas de forma participativa para um modelo alternativo, sustentável e democrático para o Estado de Mato Grosso.

5) Agricultura:

a) Mapeamento das diferentes tipologias dos sistemas agrários e agrícolas existentes no Estado de Mato Grosso.

b) Criação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para reunir todas as informações e disponibilizá-las em meio digital para pessoas, grupos ou instituições interessadas.

c) Realização de estudos de caso para aprofundar e exemplificar alguns sistemas agrários e agrícolas relevantes.

d) Cenários de práticas agrícolas alternativas ao modelo dominante.

e) Publicação dos resultados dos levantamentos e estudos de caso de forma acessível e criativa.

f) Panorama sobre o modo de ocupação e apropriação dos espaços e dos recursos, cuja intensidade e forma define em grande medida, o modo de produção de cada um dos sistemas.

g) Quadro das políticas públicas agrícolas e agrárias, tanto estaduais quanto federais.

h) Oficinas de diálogos regionais e locais que deverão servir como espaços privilegiados para a participação de rebeirinhos, quilombolas, meeiros, agricultores familiares para refletir e analisar sua situação agrária e agrícola e levantar demandas para inferir políticas públicas.

6) Cidades:

a) Diagnóstico para compreender a realidade das cidades do Estado de Mato Grosso a partir de indicadores sociais referentes a: IDH, saneamento, contaminação, habitação, violência, emprego e renda e gestão democrática.

b) Seminários regionalizados, tanto para a discussão sobre o diagnóstico, quanto para a formulação de políticas públicas.

c) Elaboração e distribuição do primeiro caderno cidades sustentáveis de MT.

7) Extrativismo vegetal e animal:

a) Diagnóstico para compreender a realidade sócio-econômica, política e ecológica do processo de extração vegetal e animal no Estado de Mato Grosso.

b) Regionalização das atividades extrativistas, visualizando a presença e o impacto ambiental em cada ecoregião.

c) Quadro da influência econômica das atividades de extração vegetal e animal no estado de Mato Grosso.

d) Seminários regionalizados para a discussão das diferentes realidades.

e) Elaboração de políticas públicas para a gestão sustentável e democrática dos recursos vegetais e animais.

f) Publicação de material paradidático tendo como objetivo a sensibilização e a capacitação para a gestão sustentável e democrática dos recursos naturais, vegetais e animais.

8) Recursos Hídricos:

a) Quadro do processo de conservação versus as práticas predatórias das fontes e dos percursos hídricos.

b) Demonstrativo da aplicabilidade econômica, ecológica e política dos recursos hídricos.

c) Estudo sobre o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis e democráticas relativas aos recursos hídricos.

9) Unidades de Conservação e Terras Indígenas:

a) Diagnóstico do Cenário das TI's e UC's, desenvolvido e disponibilizado para a sociedade civil.

b) Qualificação da sociedade civil na intervenção e monitoramento das políticas públicas, com inserção de propostas elaboradas durante o processo de discussão participativa.

c) Identificação dos atores potenciais: instituições, lideranças, técnicas e empreendimentos, entre áreas afins.

d) Elaboração de proposta de desenvolvimento sustentável e democrático das TI's e UC's.

10) Educação:

a) A avaliação participativa do estado da arte da EA, com interfaces aos demais Gts presentes no Programa MTSD e a verificação dos eixos temáticos mais populares e a compreensão do fenômeno;

b) A constatação sobre a qualificação profissional dos sujeitos envolvidos durante o diagnóstico e a possibilidade de promover processos de educação inicial e continuada;

c) A análise dos materiais pedagógicos mais utilizados, suas tendências, limites e possibilidades;

d) A possibilidade de compreender as estratégias e métodos mais utilizados e como eles se acomodam às realidades e necessidades locais;

e) A importância de compreender processos avaliatórios, buscando eliminar a oposição " Limite-possibilidade" para a compreensão de que são dimensões completares e importantes à trajetória adiante;

f) A possibilidade de formação da própria equipe, através de diálogos, oficinas e intercâmbios (presenciais e virtuais);

g) O resgate da função social da pesquisa, possibilitando a democratização dos conhecimentos com as comunidades, através de pré-fóruns e fórum estadual;

h) A publicação de um livro que possibilite divulgação, visibilidade e compromisso, não apenas como produto final da pesquisa, mas como registro dos processos; e

i) A contribuição para a sustentabilidade mato-grossense, em todas suas expressões naturais ou culturais, fortalecendo o processo democrático na justiça ambiental e eqüidade social.